



# Helio Jaguaribe

## Um otimista de curto prazo

Cientista social lança livro e afirma crença num futuro próximo e próspero para o Brasil

CARLOS HAAG

**E**m épocas de grande agitação o dever do intelectual é manter-se calado, pois nessas ocasiões é preciso mentir e o intelectual não tem esse direito”, afirmou, algo cínico, o filósofo Jose Ortega y Gasset (1883-1955). Embora se confesse um apaixonado pelas ideias do espanhol, “que exerceu uma influência extraordinária na minha formação”, o cientista social Helio Jaguaribe não é um discípulo intransigente. Embora concorde que a mentira não tem lugar na fala dos pensadores, ele se recusa a manter-se calado, para nossa sorte, ainda mais em tempos difíceis como os atuais. Nesse ponto, Jaguaribe, atualmente Decano Emérito do Instituto de Estudos Políticos e Sociais (Iepes), é mais um seguidor dos ensinamentos de seu pai, Francisco Jaguaribe de Matos. “Ele era um homem de cultura com um profundo espírito cívico e ético. Ele me inculcou as ideias de amor e dedicação ao país, de sentido público.” Aqui se pode reconhecer com facilidade o pensador que, aos 86 anos (um imortal da Academia Brasileira de Letras), não se cala nem mente. Prefere pensar o Brasil.

Carioca, advogado de profissão, Jaguaribe não se acomodou apenas na teoria e, a partir de 1949, começou a escrever a famosa e prestigiada Coluna da Quinta Página no *Jornal do Commercio*. Também se reunia com um grupo de amigos intelectuais do Rio e de São Paulo no Parque do Itatiaia para pensar os problemas que via todo dia na empresa e que atrapalhavam o desenvolvimento da sociedade brasileira. Em 1953, a reunião se transformou no Instituto Brasileiro de Economia e Sociologia e Política para, em 1955, com apoio do presidente Café Filho, ganhar o estatuto de Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o célebre Iseb, núcleo de pensamento que elaborou a teoria do nacional-desenvolvimentismo. “Queríamos propor um projeto reformista para a transformação do Brasil, a ideia de uma reforma do capitalismo a partir do próprio capitalismo.” Discordando de mudanças ocorridas no Iseb, Jaguaribe, em 1959, demitiu-se. Arregaçou as mangas e foi trabalhar num projeto de expansão da Companhia de Ferro e Aço de Vitória, de sua família, experiência que ensinou a ele a dura realidade de empresários e trabalhadores. Com o golpe militar, exilou-se nos EUA, para onde foi lecionar sociologia em universidades do porte de Harvard, Stanford

e do Massachusetts Institute of Technology (MIT). Voltou ao país em 1969 e, dez anos mais tarde, assumiu a direção do Iepes. “Flertou”, de forma responsável, com o Estado por duas vezes: em 1985 coordenou o Brasil 2000, no governo José Sarney; em 1992 foi secretário da Ciência e Tecnologia do governo Collor, deixando o cargo quando o presidente foi apeado do poder.

Em 1988 ajudou a fundar o Partido da Social Democracia Brasileira, o PSDB, e já tem um candidato que considera imbatível para 2010: o governador de São Paulo, José Serra. Jaguaribe continua a serviço do país com suas ideias. Como, aliás, comprova o livro *Brasil, mundo e homem na atualidade*, uma seleção de estudos escritos a partir de 1983, editado pela Fundação Alexandre de Gusmão. O livro, com mais de 930 páginas, traz uma súpula de seus pensamentos com estudos sociopolíticos, artigos sobre relações internacionais, reflexões sobre o Brasil, análises de filosofia e notáveis estudos sobre personalidades. É difícil destacar um dentre tantos textos profundos e inteligentes, mas são dignos de nota: “Nação e nacionalismo no século XXI”; “Social-democracia e governabilidade”; “Pax americana ou ‘Pax Universalis’”; “Aliança Argentina-Brasil”; “A perda da Amazônia”; “Brasil: o que fazer?”; “Universalidade e razão ocidental”; “Depoimento sobre o Iseb”; “Ortega y Gasset: vida e obra”; “Celso Furtado: teoria e prática do desenvolvimento”; entre outros, prova de seu pensamento agudo e irrequieto.

Logo, para defini-lo melhor é preciso buscar outra frase de Ortega y Gasset: “É imoral pretender que uma coisa desejada se realize magicamente, simplesmente porque a desejamos. Só é moral o desejo acompanhado da severa vontade de prover os meios da sua execução”.

■ *Aos 86 anos, o senhor nunca deixou de analisar o Brasil. Algo no nosso presente o surpreendeu?*

— Não tem muita surpresa porque o curso que os acontecimentos seguiram foi mais ou menos o que eu previa. Eu diria que a situação do Brasil é razoável, está longe de ser péssima e longe de ser ótima. Ela é razoável porque o Brasil mantém o que é precioso: sua unidade nacional, pois somos um país com enorme sentido de unidade nacional. Melhoraram as relações sociais, o país está incorporando, embora

menos velozmente do que o desejável, as massas marginais, mas está caminhando na direção correta. Estamos tendo um crescimento técnico, econômico e cultural razoáveis, de modo que o Brasil não é um país de futuro preocupante, ao contrário, é um país de futuro muito promissor e já apresenta um presente muito razoável. Nesse sentido sou bastante otimista em relação ao Brasil. O que nos faz um país eficaz é que ele assim se torna independente de vontades individuais, é um processo coletivo em marcha. O que dá grande estabilidade ao Brasil não é que seja um país com um grande condutor, em que um fenômeno específico esteja favorecendo. Não: somos um país cuja rotina é orientada na direção correta. O desenvolvimento sustentável é aquele que se faz por rotina.

■ *O que nos impede de ter um projeto real de nação?*

— Creio que o problema no momento atual é que as correntes desenvolvimentistas, que são, na verdade, predominantes na opinião pública e também na própria linha do governo, não lograram, entretanto, alcançar um modelo econômico e financeiro adequado para o seu projeto. Existe um desenvolvimentismo econômico, mas a mecânica financeira desse desenvolvimentismo ainda não foi bem elaborada. Em que condições financeiras será possível sustentar um desenvolvimento importante no longo prazo? Esse é o problema e isso exige uma combinação entre finanças públicas e privadas e, portanto, um modelo financeiro global sob a liderança do Estado. A ele cabe liderar isso. Mas os governantes não estão tendo uma consciência financeira, a meu ver, suficientemente clara. Há a consciência econômica, mas a visão financeira é do “dia a dia”, é um pouco uma rotina, de acordo com as experiências anteriores, e não uma finança orientada para sustentar o desenvolvimento de longo prazo. É o vácuo financeiro.

■ *Quais as consequências para o futuro do país?*

— O fato é que o Brasil tem uma verdade empírica muito satisfatória. Independentemente de grandes projetos, de grandes condutores e grandes lideranças, o país marcha bem e isso é uma coisa altamente desejável, porque os progressos que dependem de condutores ficam sujeitos a eles e, portanto, podem não ter continuidade. A nossa vantagem é que temos uma rotina positiva. Então sou muito otimista em relação ao futu-



Um grande esforço no sentido de aperfeiçoar, acelerar e ampliar o desenvolvimento científico-tecnológico é a primeira condição para se desenvolver

ro precisamente por causa disso: o que funciona bem no Brasil é sua rotina, e a rotina tende a ser permanente. Esse *status quo*, embora um pouco medíocre, tem a vantagem de ser estável e, portanto, provavelmente terá continuidade. Eu seria favorável a que ademais dessa rotina positiva surgisse um grande projeto nacional que mobilizasse a opinião pública, como já aconteceu no tempo de Juscelino Kubitschek, por exemplo, quando a ideia de “cinquenta anos em cinco” foi uma realidade. Não precisaríamos de um novo projeto tão avassalador como esse, basicamente porque a rotina atual é boa e não era naquele tempo. JK conseguiu converter uma rotina negativa numa orientação positiva. Essa orientação positiva permanece de uma maneira moderada (crescimento de 2,5%, 3% e em alguns casos até 5%), mas poderia ser um pouco acelerado para superar o crescimento demográfico, senão o país cresce na mesma proporção da população e, portanto, não melhora.

■ *Como seria um Estado mais criativo?*

— Creio que seria necessário um conjunto de coisas. Em primeiro lugar há uma noção bastante generalizada pela opinião pública de uma ideia de desenvolvimento nacional: é preciso criar um

modelo de desenvolvimento nacional que seja popular. Na medida em que isso aconteça (e de modo geral está tendendo a acontecer), essa consciência pública configura os possíveis governos futuros numa direção que é difícil de ser invertida. O Brasil adquiriu uma rotina de crescimento positivo social e econômico que tende a ser estável. Evidentemente eu gostaria que ela fosse dinamizada, porque há certa urgência em apressarmos particularmente duas coisas. Do lado das exigências superiores, aumentarmos nossa capacidade científico-tecnológica: o Brasil é um protagonista mediano – para não dizer medíocre – dentro do processo científico-tecnológico. Não é necessário que ele seja de ponta, mas deveria estar um pouco mais na vanguarda. Um grande esforço no sentido de aperfeiçoar, acelerar e ampliar o desenvolvimento científico-tecnológico é a primeira condição. A outra é que o desenvolvimento científico-tecnológico se faça não precisamente na linha científico-tecnológica, mas levando em conta a necessidade de mobilizar a totalidade da população. Ou seja, o Brasil tem um grande problema de incorporar essas mudanças, já que um terço da sua população está vivendo em condições absolutamente não aceitáveis, e combinar-se um desenvolvimento do processo científico-tecnológico com um grande desenvolvimento social.

■ *Qualquer projeto de desenvolvimento é barrado pelos gargalos estruturais do país. Como superá-los?*

— A resposta tem uma primeira dimensão que me parece absolutamente inequívoca: é a educação. O país tem o desenvolvimento que a sua educação lhe proporciona. O fato de que há uma parcela muito grande de brasileiros ou totalmente deseducados ou parcamente educados constitui um peso inerte que dificulta a marcha do Brasil. Portanto, a primeira coisa a fazer é ampliar a educação e melhorar o nível dela. Só isso já bastaria, porque, como o país tem uma tendência positiva para crescer, se tiver educação cresce na direção certa e com a velocidade certa.

■ *Mas a questão de P&D é complexa e envolve a entrada de tecnologia estrangeira, algo que não agrada ao senhor.*

— O Brasil já atingiu uma fase em que tem capacidade de autodesenvolvimento e autodesenvolvimento, inclusive científico-tecnológico. O que não quer dizer que se vá fechar as portas e janelas para o mundo, ao contrário: toda abertura é

absolutamente necessária, sobretudo nessa direção. O Brasil está longe de ser um país de vanguarda no sentido do desenvolvimento científico-tecnológico, embora certamente não seja um país de retaguarda, está numa posição mediana, um pouco mais para cima do que para baixo, mas necessita manter essa média melhorando e, portanto, manter a abertura. A principal coisa consiste, evidentemente, numa atuação do setor público através de volume e de orientação de verbas. É preciso mais dinheiro, mais recurso para o desenvolvimento científico-tecnológico e uma atuação efetiva para esse desenvolvimento, partindo do setor público que é aberto para o setor privado.

■ *Como o senhor analisa a ligação entre universidades e empresas?*

— Esse é um problema muito sério, porque no Brasil essa relação é muito remota: a universidade absorve com grande rapidez a informação externa e tende a ser razoavelmente atualizada, mas ela opera para dentro, e não para fora. De modo que são duas entidades que buscam insumos externos isoladamente uma da outra. A empresa procura ver o que a tecnologia internacional tem para copiar e a universidade procura ver o que a ciência tem para copiar. Acho que essas duas iniciativas são perfeitamente razoáveis, mas o que conviria aumentar, sem prejuízo delas, era a integração universidade-empresa. Era preciso que a universidade ficasse mais consciente de seu papel de educadora na empresa e a empresa mais aberta para as relações com a universidade.

■ *Em qualquer ponto que toquemos há a presença do Estado, vilanizado por uns, glorificado por outros. Qual é a sua visão do Estado, especificamente no caso brasileiro?*

— Desde o século XVIII os países ocidentais se diversificaram conforme aqueles que são impulsionados pela iniciativa privada e aqueles que são impulsionados pelo Estado. Os países anglo-saxônicos são predominantemente impulsionados pela iniciativa privada e os países latinos e germânicos pela iniciativa do Estado. Essa é uma característica cultural difícil de ser modificada e não tem nada de errado em nenhuma delas, de modo que nós, como país latino, temos que reconhecer a necessidade de uma ativa liderança do Estado sem prejuízo da máxima abertura para a iniciativa privada. Creio que o que estou dizendo é o grande consenso: o que precisaria para que deixasse de ser discurso seria um pouco que essas coisas



entrassem nos orçamentos e nas agendas públicas. É preciso que o BNDES não seja apenas um recebedor de projetos, mas um formulador de políticas; é preciso que haja um projeto nacional de desenvolvimento consistente, realista, não utópico, para o qual o banco e outras agências federais, ademais de abertos a demandas, sejam proponentes de projetos.

■ *A crise financeira atual nos obriga a repensar o Estado?*

— No século XXI chegou-se a um consenso, mais informal do que formal, de que o desenvolvimento depende de uma combinação da atuação do Estado e da iniciativa privada, em que a atuação do primeiro será maior ou menor conforme as características culturais do país e seu nível de desenvolvimento. A intervenção do Estado nos países muito desenvolvidos não precisa ser tão grande quanto

nos países subdesenvolvidos. Nos países subdesenvolvidos não há a menor dúvida de que o Estado é o principal motor. No Brasil, embora não seja mais um país subdesenvolvido, é um país mediano, o Estado continua a ser o principal motor, de uma maneira menos urgente do que em outros países da América Latina ou da Ásia, mas muito mais urgente do que em países como a Inglaterra ou os Estados Unidos. A única solução para a crise é o Estado aumentar a sua participação no desenvolvimento, na promoção de crescimento. A crise resulta de certo descompasso entre a oferta e a demanda de recursos. Essa demanda de recursos só pode ser atendida em curto prazo por um aumento da intervenção estatal. A forma pela qual se pode conduzir o empresariado a se orientar mais para a atuação produtiva do que para o jogo financeiro consiste em que o Estado

intervenha de uma forma muito eficaz no sentido do financiamento; havendo uma amplificação do financiamento público a especulação financeira privada reduz e o empresário é conduzido naturalmente a utilizar esse financiamento para fins produtivos. Havendo oferta de recursos, o empresariado funciona.

■ *O senhor vem propondo trocar o nacional-desenvolvimentismo pelo regional-desenvolvimentismo. Por quê?*

— Nós estamos vivendo um processo histórico de formação de grandes blocos, portanto, apesar de o Brasil ter massa crítica muito elevada comparativamente a outros, não é suficientemente autossuficiente para poder, isoladamente, atender as demandas do tempo. Daí a conveniência de combinar uma consolidação nacional do desenvolvimento com uma abertura para o desenvolvimento regional. O nacional-desenvolvimentismo é compatível com o regional-desenvolvimentismo, que no caso brasileiro tem como base uma aliança estratégica entre a Argentina e o Brasil. Essa é a chave de tudo, a força mobilizadora dos outros países da América do Sul e certamente do México, que é um parceiro fundamental para esse processo. Então eu digo: consolidar a aliança Brasil-Argentina que funciona de uma forma tímida e fazer com que ela seja uma coisa muito vigorosa incorporando o México. É preciso que não se sobrecarreguem as deficiências do lado brasileiro porque também as há do lado argentino, mas sempre digo que é preciso para compreender essas relações entre esses países não exageradamente assimétricos, mas um pouco assimétricos, olhar para exemplos históricos. O Brasil tem que pagar mais que a Argentina e os dois juntos mobilizarem a América do Sul. A América Latina não é uma entidade “operacionalizável”, mas ainda apenas cultural. Temos ainda a questão dos EUA, uma grande potência que nos últimos tempos agiu muito unilateralmente. Ao se consolidar essa aliança argentino-brasileira e a mobilização a partir dessa aliança do sistema sul-americano e vagamente do sistema latino-americano, nós contribuiremos para assegurar espaço para uma relação mais multilateral nas relações internacionais. Daremos oportunidade ao setor dinâmico da Europa e da Rússia de se manifestar mais claramente. Logo, o protagonismo brasileiro é mobilizador de um sistema multilateral. Obama é uma grande promessa, de modo que os EUA nunca tiveram uma posição internacional mais favorável do

que agora. Colaborar com o presidente americano é o que importa fazer.

■ *Vamos falar de política. O senhor é um defensor da necessidade de uma reforma no sistema político...*

— A democracia, operacionalmente, é uma “partidocracia”: depende da existência de partidos coerentes, homogêneos, definidos, dotados de projetos e de identidade própria. O ideal, evidentemente, é um regime bipartidário, ou com três partidos, mas com muitos as coisas não funcionam. O problema brasileiro, como o da Itália, é o de excesso de partidos. Isso tem que ser minorado através de um processo em que certos partidos deixem de existir e seus membros se incorporem em partidos de maior significação e que, dentro do regime multipartidário, se crie uma polaridade entre partidos com uma orientação “A” e os de orientação “B”. Há no Brasil essa tendência: existe certo grupo de partidos que querem maximizar a fórmula neoliberal e outros com tendência a maximizar a fórmula que chamo de socioliberal. O liberalismo social tende a prevalecer no Brasil sobre o puro liberalismo clássico e isso me parece uma coisa muito positiva.

■ *O senhor coloca uma coisa muito bem relacionada que é essa distância que existe entre o eleitor e o eleito.*

— É óbvia a necessidade de introduzirmos no Brasil o regime distrital misto, ou seja, o país é dividido em número de distritos relativamente pequenos constituindo um eleitorado que seria supostamente mais homogêneo e, portanto, cada distrito elege um representante que seria representativo de uma maioria nacional pela soma dos distritos. Por outro lado, sou favorável ao regime distrital misto, ou seja, que as eleições não sejam exclusivamente distritais, mas se abra, digamos, uma porcentagem de 20% dos cargos para lideranças nacionais, porque tem algumas personalidades muito importantes que não têm nenhum distrito propriamente a favor delas. O regime distrital misto, em que 80% das cadeiras sejam preenchidas “distritalmente” e 20% nacionalmente, parece-me um regime muito favorável.

■ *Qual a sua visão sobre o presidencialismo?*

— Seria desejável que o Brasil transitasse do presidencialismo para o parlamentarismo, mas para que este funcione são necessárias condições prévias: é preciso um nível de educação política um pou-

co superior ao que nós temos e que os partidos sejam idealmente reduzidos a dois, já que a multiplicidade partidária conspira contra o bom funcionamento do regime parlamentarista. O Brasil não teria condições de adotar imediatamente o regime parlamentar. Quando houve esse recente plebiscito a respeito disso, eu votei contra – não porque eu seja contra, mas acho que ele não seja aplicável nas condições atuais. E quais são os requisitos para que o parlamentarismo seja viável? O principal, evidentemente, é a ampliação da educação política da população. A margem de consciência política brasileira ainda é restrita talvez a 1/3 da população – 1/3 é completamente alienado e outro 1/3 está mais para “baixo” do que para “cima”. Temos ainda um longo caminho a percorrer para a mobilização da grande maioria da população brasileira a um nível satisfatório de consciência política, de consciência pública. Por outro lado, na medida em que se progrida na dimensão da consciência pública, da consciência política, tenderá a se reduzir o número de partidos, porque a consciência política conduz naturalmente a uma bifurcação entre partidos que querem modificações substanciais e partidos que querem a preservação do regime atual. Mas a educação política brasileira está melhorando muito: o brasileiro tem mais consciência política hoje do que há 20 anos.

■ *Por isso o senhor defende uma união entre PT e PSDB?*

— Essa junção é desejável, mas não é indispensável, porque há duas alternativas: ou se forma no país uma consciência conducente a certo bipolarismo (e nesse caso poderá ser representado pelo PSDB e pelo PT, o que condenará o PSDB a uma posição conservadora) ou então as forças conservadoras adquirem uma certa consistência (PL e esses partidos da frente liberal) e a união do PT e do PSDB se torna necessária. Ou seja, a relação PSDB-PT depende da evolução do eleitorado e da opinião pública. Se o eleitorado fortalecer os partidos, como os partidos da união democrática, a fusão PSDB-PT se tornará algo necessário e possível – ou o contrário, a bifurcação entre o PT e o PSDB leva o PSDB a ter que ter uma função mais conservadora.

■ *Qual o partido do futuro no Brasil?*

— Bom, eu tenho do PMDB uma opinião muito ruim, porque ele se tornou um partido de clientela: não tem projeto, não tem programa, não tem identidade própria. É um partido de recolher miga-

lhas eleitorais em todo território nacional e juntar essas migalhas, o que dá um resultado positivo, porque a educação política brasileira ainda é insuficiente. O voto do PMDB é um voto clientelístico; na medida em que ele prospera, vemos que aquela clientela continua muito poderosa. Mas eu acho que a tendência é no sentido da redução da importância da política de clientela e por isso eu acho que em longo prazo o PMDB não tem futuro. Quem tem futuro é o PT e o PSDB. O que significa que o PSDB vai ser um partido conservador progressista e o PT um partido progressista moderado.

■ *O PT mudou após chegar ao poder?*

— É difícil analisar separando o partido de Lula. O que seria do PT sem Lula, qual seria a tendência do PT? É difícil prever, não? Eu não tenho a impressão de que o PT tenha se consolidado de uma maneira programática satisfatória. É mais um partido de “enlaces”, “vanguardeiros”, independentemente de consistência programática. E o problema está exatamente nisso, a necessidade da consciência programática. Enquanto o PSDB é um partido que tem uma boa consciência programática e conseguiu uma coisa muito interessante, que seria um partido de centro-esquerda. É um partido que não é reacionário, não é conservador, mas também não é aventureiro. Um partido de moderado desenvolvimento social e econômico, o que é altamente desejável. Lula percebeu o erro de entregar tanto poder aos sindicalistas. Percebeu e motivou deliberadamente uma mudança no quadro de poder. Por isso não vejo candidato do PT capaz de exercer o papel semelhante ao que Lula tem e vejo, por outro lado, a probabilidade de que o PSDB seja o vencedor das eleições. Possivelmente com o governador de São Paulo, José Serra. É o candidato mais provável – e será uma experiência muito interessante, embora eu manifeste veementes votos para que se consolide a saúde de Dilma, uma figura muito positiva. Mas, doente, ela não poderá exercer o papel. A boa saúde de Dilma é hoje quase uma prioridade nacional: ela com saúde e o PT são coisas positivas para o futuro.

■ *E como será 2010 para o PSDB?*

— Há, a meu ver, um consenso entre os analistas e entre os líderes partidários no sentido de que o Serra venha a ser o futuro candidato do PSDB. É um homem de muito boa qualidade, que vejo com bons olhos. O PSDB tem a vantagem de ser um partido que tem lideranças de



Há uma falha no processo brasileiro, que é o fato de que a política não está mobilizando pessoas adequadas, mas sim oportunistas

muito boa qualidade, basta salientar as duas principais, Serra e Aécio, que são figuras de muito boa qualidade. Eu estimaria que um governo Serra desse uma ampla oportunidade também para Aécio. Eventualmente dirigindo o Congresso em consonância com Serra. Seria a minha expectativa mais favorável.

■ *O Bolsa Família seria mantido num governo do PSDB?*

— O Lula deu a resposta para uma necessidade social. Como se pode reduzir a brecha social em países como o Brasil? Isso é meta através do Estado, que é o grande promotor do desenvolvimento social. O Bolsa Família é fundamental para reduzir o abismo entre os participantes e os não participantes, os cidadãos ativos e os passivos. Agora, se a ideia do Bolsa Família é absolutamente correta, bem como a sua ampliação, a escolha dos beneficiários depende um pouco de uma política que nem sempre é muito correta. Mas isso é inevitável.

■ *O senhor, aliás, afirma que os grandes problemas do Brasil são fruto de uma crise ética.*

— Esse é um problema muito complicado porque tem raízes estruturais e circunstâncias ocasionadoras de um

agravamento ou, o contrário, de uma melhora. O problema da crise ética tem muito a ver com cultura. Os países de cultura católica têm tendência à crise ética. Os países de cultura protestante têm tendência a uma afirmação ética mais nítida, porque o protestantismo é uma opção ética, e não ideológica, e o catolicismo é uma opção ideológica, e não ética. Aí entra uma formação de base que será permanente; católico ou não na prática, o Brasil será sempre católico na cultura e nessa medida haverá sempre um problema ético, que é típico das culturas católicas. Situações como o descrédito do Congresso e dos políticos não podem ser modificadas por gritas da opinião pública, mas apenas pela reforma do processo político. Nós tivemos capacidade de formar uma competente elite empresarial, uma razoável elite cultural e não tivemos capacidade de formar uma boa elite política. Então há uma falha no processo brasileiro, que é o fato de que a política não está mobilizando pessoas adequadas, mas sim oportunistas.

■ *Como cortar esse ciclo?*

— No curto prazo há formas de melhorar que dependem da política, da emergência de lideranças políticas competentes e honestas. Isso está fazendo falta, mas eu creio que há promessas de que na sucessão de Lula surja uma liderança política competente e honesta. Vejo com muito bons olhos a emergência de dois importantes líderes dentro do PSDB, Serra e Aécio, ambos com grandes estados atrás deles.

■ *O que esperar dessa liderança?*

— A possibilidade mobilizatória em sentido positivo numa liderança depende da medida em que ela não seja um esquema de conservar e aumentar o seu poder, mas um projeto de mobilização nacional, um projeto nacional de desenvolvimento. Esse é o problema: na medida em que a liderança política seja por um nacional-desenvolvimentismo ela conduzirá o país a rapidamente superar seus obstáculos. Se for apenas uma busca de poder, será mais um fator de estagnação.

■ *Se voltarmos a nos falar em cinco anos, acredita que estará mais feliz com o Brasil?*

— Creio que sim, se as coisas seguirem o rumo e se eu estiver vivo aos 91 anos... [risos] Sou muito otimista em relação ao Brasil porque acho que a marcha inercial brasileira é vagarosamente na boa direção. Vamos melhorando gradualmente. Somos um país “autoperfeccionista” no longo prazo: vagarosos, mas constantes. ■